

XII Semana da Conciliação do Judiciário tem 120 mil audiências

Começou nesta segunda-feira (27) a XII Semana Nacional da Conciliação do Poder Judiciário com mais de 120 mil audiências agendadas nos Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Tribunais Federais em todo o País. O evento é coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acontecerá entre os dias 27 de novembro a 1º de dezembro de 2017.

O objetivo de todo o trabalho é permitir que a sociedade consiga solucionar o maior número de conflitos possível de maneira célere e segura. Dados mais recente do CNJ apontam existir mais de 74 milhões de processos judiciais em tramitação no Judiciário. Durante os últimos meses, os Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Tribunais Federais selecionaram processos que tinham possibilidade de acordo e intimaram as partes envolvidas para solucionarem o conflito durante a Semana Nacional.

A conciliação pode ser utilizada em quase todos os casos: pensão alimentícia, divórcio, desapropriação, inventário, partilha, guarda de menores, acidentes de trânsito, dívidas em bancos e financeiras e problemas de condomínio, entre vários outros. Exceção para casos que envolvam crimes contra a vida (homicídios, por exemplo) e situações previstas na Lei Maria da Penha.

No Centro de Conciliação da Bahia, vem sendo realizadas desde o início da



semana audiências relacionadas ao Sistema Financeiro de Habitação da Caixa/EMGEA e ações do Programa de Arrendamento Residencial - PAR. Os acordos seguirão até o dia 1º de dezembro.

HISTÓRICO

A conciliação é orientada pela Resolução CNJ n. 125/2010 que instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário. Os princípios orientadores da Política do CNJ incluem informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual. A solução de conflitos pela via da conciliação dispensa a atuação imediata de advogados e do juiz, que apenas valida formalmente os acordos negociados entre as partes. O procedimento também foi incorporado ao

Código de Processo Civil (CPC), que entrou em vigor em março do ano passado, como etapa processual obrigatória.

A Semana Nacional realizada no ano passado ocorreu em 51 tribunais de três ramos da Justiça – Estadual, Federal e do Trabalho. Ao todo, foram atendidas cerca de 590 mil pessoas, ao longo dos cinco dias. Participaram da mobilização cerca de 3 mil magistrados, 7 mil colaboradores e 5 mil conciliadores. Durante a semana, foram realizadas cerca de 274 mil audiências, com mais de 130 mil acordos homologados.

Desde 2006, quando o evento foi realizado pela primeira vez, já foram realizadas mais de 2 milhões de audiências, alcançando cerca de R\$ 10 bilhões em valores homologados.

Com informações do CNJ

Começa hoje o X Seminário Internacional Brasil/Argentina

O Seminário Internacional Brasil/Argentina começa hoje sua décima edição, às 13:30, no Auditório Ministro Dias Trindade, sob o tema “Cultura, Poder, Direito e Justiça numa sociedade democrática”. O evento é coordenado pelo juiz federal da 7ª Vara, Wilson Alves de Souza, e o professor mestre da Universidade Federal da Bahia, Maurício Dantas Góes e Góes.

Trazendo a participação de 14 palestrantes, distribuídos em dois dias e com carga horária certificada de 15h, o evento é aberto ao público, mas dirigido especialmente a juízes federais, servidores da Justiça Federal e estudantes.

É válido lembrar que para confirmação das inscrições realizadas pelo site da SJBA é necessária a doação de 1kg de alimento não perecível e, para quem não pode se inscrever no site, poderá realizar sua inscrição na entrada do auditório.

Plataforma Biblioteca Digital Fórum possui 250 títulos disponíveis

A Biblioteca Bernardino José de Souza, desta Seccional, adquiriu a BID – Plataforma Fórum de Bibliotecas Digitais, que reúne 250 títulos de obras jurídicas, contendo estudos em diversas áreas do Direito. Esta aquisição tem por objetivo modernizar o acesso dos magistrados e servidores à informação jurídica. Além disso, permite a consulta ao texto integral e atualizado de todos os códigos brasileiros, incluindo a Constituição de 1988, com notas remissivas e legislação

complementar que apoiam a atualização e a praticidade da pesquisa.

O acesso é simultâneo e ilimitado no ambiente virtual da intranet, com design leve, navegação simples e intuitiva, sistema de busca rápido e inteligente, além de diversas funcionalidades que trazem mais praticidade e rapidez às pesquisas. A plataforma digital oferece liberdade para copiar, colar, fazer download (clique na opção FTP, abaixo do título), imprimir e exportar trechos das obras. A pesquisa pode ser feita de forma simples e rápida, bastando clicar na imagem da obra, digitar o assunto, autor e/ou título.

A Biblioteca disponibiliza para os usuários a tecnologia para informação atualizada virtual, mas continua atualizando seu acervo físico para receber servidores, estudantes e pesquisadores que consultam, em um ambiente calmo, clássicas obras do Direito, tradicionais fontes do saber jurídico.

Para consultar os livros digitais adquiridos e todos os códigos nacionais atualizados, acesse a intranet da Seção Judiciária da Bahia e clique no banner que aparece logo no início da página.

Aniversariantes

Hoje: Fernanda Almeida Couto Silva (Turma Recursal), Kécia Jones Pamponet (13ª Vara), Laura Ondina Urbano de Sousa Darze (22ª Vara), Leandro Andre Vasconcelos Marques (Vitória da Conquista) e Antonio Jorge Serra Reis (CS Gestão & Serviços).

Amanhã: Tarcilly Pires Miranda Santana (Itabuna), Cléa Maria Albuquerque Ferreira e Fernando de Abreu Nascimento (ambos do NUCJU).

Parabéns!

X SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL/ARGENTINA

CULTURA, PODER, DIREITO E JUSTIÇA NUMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

Coordenação geral e científica:
Prof. Wilson Alves de Souza e Prof. Maurício Dantas Góes e Góes

29 e 30 de novembro de 2017, Auditório da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado da Bahia
Av. Ulysses Guimarães, 2799 - Bairro Sussuarana - Centro Administrativo da Bahia

PROGRAMA

1ª SESSÃO – 29.11.2017 (TARDE)	2ª SESSÃO – 30.11.2017 (TARDE)
<p>1 – 13:45 - Professor Carlos Valder Nascimento (Universidade Estadual de Santa Cruz; Doutor em Direito, Procurador Federal) Tema: O Supremo contra o direito</p> <p>2 – 14:15 - Professora Juliana Damasceno (Universidade Federal da Bahia; mestra em Direito, Advogada) Tema: A Justiça penal diante do combate à corrupção numa sociedade democrática: limites inerentes à função de garantia da dogmática penal e ao sistema processual acusatório.</p> <p>3 – 14:45 - Professor Paulo José Angelo Andrade (Faculdade de Direito Milton Campos, de Belo Horizonte; Mestre em Direito, Advogado) Tema: Jurisdição Subjetiva na Tutela Penal</p> <p>4 – 15:15 - Michelle Martins Papini Mota (Especialista em Direito, advogada, Assessora Jurídica da Polícia Militar de Minas Gerais) Tema: Existe Jurisdição na Cadeia de Comando da Polícia Militar?</p> <p>5 – 15:45 - Professor Fabiano Pimentel (Universidade Federal da Bahia; Doutor em Direito, Advogado) Tema: A crise do processo penal diante dos direitos fundamentais</p> <p>6 – 16:15 - Professor Renato Dantas (Universidade Federal da Bahia; Mestre em Direito, Advogado) Tema: Processo eletrônico e direitos fundamentais</p> <p>7 – 16:45 - Professor Mestre Maurício Dantas Góes e Góes (Universidade Federal da Bahia; mestre, advogado) Tema: A jurisprudência como fonte de direito e o Novo CPC brasileiro: os precedentes e a súmula da jurisprudência dominante</p> <p>8 – 17:15 - Professora Carliane de Oliveira Carvalho (Professora Universitária; Procuradora Federal) Tema: Constitucionalidade das leis e o problema da legitimidade democrática</p>	<p>1 - 13:30 - Professor Bruno Coelho (Centro Universitário Jorge Amado) Tema: Agravo de instrumento: É possível uma interpretação extensiva do artigo 1.015 do CPC ?</p> <p>2 - 14:00 - Professora Marta Biagi (Universidade de Buenos Aires, Doutora em Ciência Política) Tema: Democracias, Cidadãos e Decisores. Reflexões sobre as condições da governança ambiental.</p> <p>3 – 14:30 - Professora Andrea Laura Gastron (Universidade de Buenos Aires, Doutora em Sociologia) Tema: Interseccionalidades e cruzamentos nas representações artísticas da justiça</p> <p>4 - 15:00 - Professor Wilson Alves de Souza (Universidade Federal da Bahia; Doutor em Direito, Juiz Federal) Tema: Proibição de retrocesso social e acesso à justiça no Estado constitucional democrático.</p> <p>5 – 15:30 - Professor Ricardo Rabinovich-Berkman (Universidade de Buenos Aires; Doutor em Direito) Tema: Na Província da Normandia, na remota antiguidade: A História de Roberto do Diabo, exemplo da relação entre direito, história e literatura na cultura popular do Nordeste Brasileiro.</p> <p>6 – 16:00 - Encerramento e lançamento do livro Los Límites Subjetivos Internos de la Jurisdicción, com apresentação das Professoras Marta Biagi e Andrea Gastron e do Professor Ricardo Rabinovich-Berkman.</p>

INSCRIÇÃO: 1KG DE ALIMENTO NÃO PERECÍVEL

Inscrições: http://www.jfba.jus.br/processos/seder_2014_2/seminario
Finalidade social do evento: para confirmação das inscrições, no primeiro dia do evento deve ser feita doação de 1kg de alimento não perecível para entrega a instituições de caridade.

Informações: (71) 3617-2602 e 3617-2609.
Certificados: Serão expedidos certificados com carga horária de 15 horas.

ORGANIZAÇÃO



REALIZAÇÃO:






APÓIO INSTITUCIONAL:




EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juíza federal Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão: Setor de Comunicação Social. Encarregada: Rita Miranda. Apoio: Rodrigo Sarmento Silva dos Santos. Estagiária de jornalismo: Joyce Melo Matos. Tiragem: 25 exemplares. Telefones: (71) 3617-2616 e 3617-2793. Endereço: Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. Site: portal.trf1.jus.br/sjba E-mail: jfh@trf1.jus.br